PESSOA IDOSA: PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS – DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (ART. 230, CF/88)

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
Camila Mendes De Sousa
Amanda Kamylla Sousa Soares
Maria Elliza Da Costa Cunha

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A violência contra crianças, especialmente no ambiente familiar, é um problema grave e recorrente no Brasil. Esse tipo de violência, que inclui abusos físí icos, psicológicos, negligência e até violência sexual, muitas vezes ocorre em
silêncio, dentro do lar, espaço que deveria representar proteção e afeto. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante uma série de direitos à infância, mas a realidade mostra que esses direitos nem sempre são respeitados. Segundo dados do Disque 100 e do Ministério dos Direitos Humanos, a maioria das denúncias de violência infantil envolve familiares próximos como os agressores. Esse cenário exige atenção urgente por parte do
Estado e da sociedade civil, já que a exposição à violência tem impactos profundos no desenvolvim

Objetivo

Analisar a ocorrência da violência infantil no ambiente familiar e seus impactos no desenvolvimento das crianças, destacando a importância da rede de proteção social.

Material e Métodos

como o Disque 100, relatórios do Ministério dos Direitos Humanos e publicações acadêmicas dos últimos dez anos.
Foram selecionados artigos científíícos e livros
specializados em direitos da criança, psicologia infantil e políticas públicas de proteção. A abordagem utilizada é qualitativa, visando compreender os fatores que contribuem para a perpetuação da violência e as falhas na prevenção e no acolhimento das vítimas. A pesquisa também examina as práticas da rede de proteção, composta por conselhos tutelares, escolas, serviços de saúde e assistência social.

Resultados e Discussão

A violência infantil no ambiente familiar está relacionada a diversos fatores, como pobreza, histórico de violência doméstica, dependência química dos responsáveis, baixa escolaridade e ausência de polítí icas públicas eficazes. As crianças vítimas de violência frequentemente apresentam sinais como medo excessivo, agressividade, dificuldades de aprendizagem e depressão. A análise dos dados revela que a maioria das denúncias não resulta em medidas protetivas imediatas, evidenciando a fragilidade da rede de apoio. Apesar da existência de leis protetivas, como o ECA e a Lei Menino Bernardo, ainda há falhas na aplicação prática dessas normas. A atuação da escola como agente identificador e do conselho tutelar como protetor precisa ser fortalecida com capacitação e recursos. A violência na infância gera consequências de longo prazo, comprometendo o desenvolvimento pleno e saudável da criança.

Conclusão

A violência infantil no ambiente familiar é uma grave violação de direitos e deve ser enfrentada de forma intersetorial, com polítí icas públicas que priorizem a prevenção, a denúncia e o acolhimento das vítí imas. É urgente o fortalecimento da rede de proteção e a conscientização da sociedade sobre o papel de todos na defesa dos direitos da criança.

Referências

Direitos Humanos. Relatório Anual do Disque 100 – Violência Contra Crianças e Adolescentes, 2022.COUTO, Maria Inês. Violência contra a criança no Brasil: interfaces entre o familiar e o institucional. São Paulo: Cortez, 2019.